

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PMN – PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
FMS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI**

EDITAL Nº. 1/2019

NOTA OFICIAL Nº 2

A Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Coordenação de Seleção Acadêmica da Universidade Federal Fluminense, tornam público:

- 1- Fica sem efeito o Conteúdo Programático referente ao Sistema Único de Saúde, publicado em 13 de janeiro de 2020, para os Cargos de Nível Fundamental, de Nível Médio e de Nível Superior.
- 2- Passa a vigorar como Conteúdo Programático referente ao Sistema Único de Saúde para os Cargos de Nível Fundamental, de Nível Médio e de Nível Superior o que segue anexo a esta Nota Oficial nº 2.
- 3- Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Edital do Concurso.

Niterói, 13 de fevereiro de 2020.

Fundação Municipal de Saúde de Niterói
Coordenação de Seleção Acadêmica – COSEAC

ANEXO I

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Organização do Sistema Único de Saúde – SUS: comissões intergestores, Conselhos Nacionais e suas respectivas composições. Controle Social: organização social e comunitária. Sistema Único de Saúde e Política Social. Constituição Federal de 1998 (artigos 196 a 200). Lei Orgânica de Saúde – Lei 8.080 de 1990. Lei 8.142 de 1990. Legislação Básica do SUS.

Constituição Federal de 1988 (Arts. 196 ao 200)

Lei Orgânica de Saúde —Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e da outras providências.

Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Decreto nº 7.827 de 16 de Outubro de 2012. Este Decreto regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Portaria 2.436, de 21 de Setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria de Consolidação nº 6/2017 - Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde

Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação Básica do SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/edicoes-2016/84-legislacao-basica-do-sus/155-legislacao-basica-do-sus>

Portaria 2.436, de 21 de Setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Organização do Sistema Único de Saúde – SUS: comissões intergestores, Conselhos Nacionais e suas respectivas composições. Controle Social: organização social e comunitária. Sistema Único de Saúde e Política Social. Constituição Federal de 1998 (artigos 196 a 200). Lei Orgânica de Saúde – Lei 8080 de 1990. Lei 8.142 de 1990.

Constituição Federal de 1988 (Arts. 196 ao 200)

Lei Orgânica de Saúde —Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e da outras providências.

Decreto 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação Básica do SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/edicoes-2016/84-legislacao-basica-do-sus/155-legislacao-basica-do-sus>

Portaria 2.436, de 21 de Setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html